

-----**ACTA N.º 27/2010**-----

-----Aos 02 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----Faltou a esta reunião, o Senhor Vereador Victor Martins Santos.-----

-----A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----Eram 10:30h quando o Senhor Vereador Victor Martins Santos se apresentou nesta reunião, referindo que não poderia comparecer à mesma, pelo facto, de só momentos antes ter recepcionado a referida convocatória.

-----O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que tinham sido cumpridos todos os formalismos legais, relativos às convocatórias dos Senhores Vereadores.-----

-----A Câmara tomou conhecimento dos factos e deliberou aceitar a justificação de falta.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois, de onze

de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** solicitou a inclusão na ordem de trabalhos do seguinte ponto:-----

-----Centros Escolares. -----

-----Em resposta ao solicitado pelo Senhor Vereador, o Senhor **Presidente da Câmara** colocou a proposta a votação, tendo sido aprovada a sua inclusão, por maioria. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “TAPADA DA CRUZ” ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/94 – HIPOTECA DE LOTE;**-----

-----**PARQUE EÓLICO A INSTALAR NAS FREGUESIAS DE PRADOS E RAPA, CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA E FREGUESIAS DE VIDEMONTE, VILA SOEIRO E MIZARELA DO CONCELHO DA GUARDA;**

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO;**-----

-----**PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO – REQUERENTE: MARIA ALICE VALENTE;**-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR;**-----

-----EMPREITADA DA “REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO
MONDEGO NA RATOEIRA” – PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL; ----
-----CENTROS ESCOLARES. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**I - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente de
serviço, ocorrido no dia 19 de Novembro de 2010, pelas 09:30h, referente
ao funcionário António Carlos Esteves, com a categoria de calceteiro, da
Carreira de Assistente Operacional, tendo este Executivo deliberado, por
unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**II - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS COVA DA BEIRA**-----

-----**ASSUNTO: MANIFESTO CONTRA A INTENÇÃO DE O GOVERNO
INCLUIR NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2011 O ART.º 158 – SNS**-----

-----Foi presente para conhecimento, ofício da Associação de Municípios
Cova da Beira, relativamente ao manifesto contra a intenção de o Governo
incluir no Orçamento de Estado para 2011, o artigo 158.º, que se refere às
transferências das autarquias locais para o orçamento do Serviço Nacional
de Saúde.-----

-----**III - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE
UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Virgínia da Silva Almeida**-----

-----Foi presente requerimento n.º 741, datado de 26/11/2010, em nome
de Virgínia da Silva Almeida, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão
de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Carril,
freguesia de São Pedro, inscrito sob o artigo matricial n.º 1325, por o

mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1.º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----De acordo com o parecer dos Serviços Técnicos, o Fiscal Municipal deslocou-se ao local verificando que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1991. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que a edificação a que a requerente alude, terá sido construída antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar a petição da requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO “TAPADA DA CRUZ” ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/94 – HIPOTECA DE LOTE** -----

-----Foi novamente presente informação do Gabinete Jurídico, datada de 16/11/2010, referindo que foi requerido por Arménio Cabral Ferreira Ribas e por Constro Celoricense Lda., o cancelamento da hipoteca incidente sobre o lote n.º 9, sito em Tapada da Cruz, freguesia de São Pedro, inscrito na matriz sob o artigo 1473 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Celorico da Beira com a inscrição 592. -----

-----O supra referido lote, foi hipotecado a favor da Câmara Municipal como caução para garantir a boa e regular execução das obras de urbanização do loteamento.-----

-----A recepção provisória ocorreu em 1997/10/17;-----

-----Não foi efectuada a recepção definitiva apesar de solicitada,-----

-----O prazo de garantia expirou. -----

-----Rege o artigo 87º, n.º 3, do D.L. n.º 555/99 de 16 de Dezembro que:
“À recepção provisória e definitiva, bem como, às respectivas vistorias, é aplicável, com as necessárias adaptações, o regime aplicável à recepção provisória e definitiva das empreitadas de obras públicas.” -----

-----É da competência da Câmara Municipal deliberar sobre a recepção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão e o decurso do prazo de garantia, respectivamente, mediante requerimento do interessado (art.º 87º, n.º 1, do mesmo diploma). -----

-----A falta de recepção definitiva é imputável à Câmara Municipal que não a realizou, e esgotou-se o prazo de garantia, o que confere ao empreiteiro o direito de ver restituídas as quantias retidas como garantia, bem como, quaisquer outras que haja prestado (art.º 229º, D.L. n.º 59/99, de 2 de Março).-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, a extinção da caução prestada pelo empreiteiro, e consequentemente o cancelamento da hipoteca incidente sobre o referido lote.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**PARQUE EÓLICO A INSTALAR NAS FREGUESIAS DE PRADOS E RAPA, CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA E FREGUESIAS DE VIDEMONTE, VILA SOEIRO E MIZARELA DO CONCELHO DA GUARDA**

-----Foi novamente presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 12/11/2010, com o seguinte teor:-----

-----“Relativamente ao requerimento com registo de entrada n.º 13012 de 12 de Novembro de 2010, proponho que o Executivo delibere sobre o interesse municipal do investimento mencionado em epígrafe, na área do Concelho, tendo em conta:-----

-----1 – Nos termos da alínea b), do n.º 4, do artigo 12.º, do Decreto-Lei n.º 312/2001, de 10 de Dezembro, o pedido de atribuição do ponto de recepção de energia eléctrica efectuado pelo promotor à DGE, pode ser

indeferido com base em incompatibilidade com outros projectos de natureza nacional ou municipal, decorrentes de instrumentos de planeamento, a que a lei atribua prevalência (que é o caso do PDM); isto é, tem de ser analisada a área objecto da intervenção supramencionada, para verificar se há qualquer incompatibilidade com as disposições previstas no PDM, RAN, REN, PNSE...; -----

-----2 – Atento o artigo 3.º, do Decreto-Lei n.º 339-C/2001, de 29 de Dezembro, “(...) é devida aos municípios, pelas empresas detentoras das licenças de exploração de parques eólicos, uma renda de 2,5% sobre o pagamento mensal feito pela entidade receptora da energia eléctrica produzida, em cada instalação (...)”. -----

-----Atentos os considerandos anteriores, deverá o executivo analisar e deliberar se existe algum projecto ou alguma actividade previstos para aquele local, designadamente de carácter turístico (Parapente, etc.) que considere de maior interesse para o município do que as receitas que o município vai obter provenientes da instalação do Parque Eólico. -----

-----Em termos de licenciamento, aquando da apresentação do projecto na autarquia, terão de ser solicitados os pareceres exteriores à autarquia necessários, em função da localização (PNSE, RAN, REN,...), sendo que, no caso de serem favoráveis, o n.º 2, do artigo 44.º, do PDM, prevê a possibilidade, em espaços rurais não incluídos na RAN ou na REN de construções correspondentes a equipamentos e infra-estruturas não desejáveis ou dificilmente integráveis em espaço urbano.-----

-----A instalação de um Parque Eólico, incorpora-se no solo com carácter permanente, é portanto objecto de licenciamento, mas trata-se de uma infra-estrutura de produção de energia, que, fora da RAN, REN e com parecer favorável do PNSE, terá enquadramento, em termos de licenciamento no âmbito do n.º 2, do artigo 44.º, do PDM. -----

-----Tal deliberação do executivo, não me parece carecer da aprovação da Assembleia Municipal, mas se o executivo, assim o entender, poderá submeter à análise e votação da mesma. -----

-----O interesse municipal requerido pelo consórcio ANEOP – 2 relativo à instalação do Parque Eólico deve ser analisado/aprovado pela Câmara Municipal e poderá ser apreciada e votada pela Assembleia Municipal.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por referir que esta informação é no sentido de se deliberar sobre o interesse municipal deste investimento, sendo que, o mesmo poderá ser indeferido com base em incompatibilidade com outros projectos de natureza nacional ou municipal, decorrentes de instrumentos de planeamento, a que a lei atribua prevalência, como é o caso do PDM.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que este assunto já havia sido discutido na última reunião e que foi retirado para que fossem solicitados pareceres, estranhando até, o facto de o mesmo estar já presente nesta reunião. -----

-----Disse que é contra a instalação deste Parque Eólico. Na sua opinião, a colocação de mais eólicas naquela região, irá afectar a prática do Parapente, e consequentemente reflectir-se negativamente no Turismo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que na sua opinião não existe qualquer inconveniente nesta aprovação, contudo, irão ser solicitados pareceres à Federação Portuguesa de Voo Livre. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Júlio Santos, considerar a construção do Parque Eólico nas freguesias de Prados e Rapa do Município de Celorico da Beira um investimento de interesse municipal, não tendo nada a opor à localização proposta, desde que salvaguardadas todas as condicionantes que colidam com os interesses já instalados e cumpridas todas as formalidades legais, aquando do licenciamento do referido Parque Eólico.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Voto contra a Declaração de Interesse Municipal para o Parque Eólico, a instalar nas freguesias de Prados e Rapa, porquanto considero que não há nenhum interesse municipal na instalação dos referidos parques. -----

-----Com efeito, tais projectos colidem com o verdadeiro interesse municipal que é o Turismo em Espaço Rural e a Prática do Parapente.-----

-----Se o executivo pretende obter receitas adicionais e suficiência energética, não é por esta via, mas antes pela construção da mini hídrica em Prados, projecto a desenvolver pela autarquia ou pela Empresa Municipal.” -----

-----**ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente de serviço, ocorrido no dia 22 de Novembro de 2010, entre as 16:00h e as 16:30h, referente ao funcionário Júlio dos Santos, com a categoria de Assistente Operacional, tendo este Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço.-----

-----**PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE ESPELHO – REQUERENTE: MARIA ALICE VALENTE**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 361/2010, datada de 25/11/2010, referindo que analisado o assunto exposto pela requerente no que respeita à colocação de um espelho parabólico na Rua Principal na localidade de Aldeia da Serra, informa que após deslocação ao local, se confirma a necessidade de colocação de um espelho parabólico conforme planta em anexo, a fim de ser melhorada a segurança rodoviária do local.---

-----Assim, face ao exposto, deverá ser aprovado um espelho parabólico no entroncamento apresentado, cumprindo assim o N.º 1, do artigo 8.º, do

D.L. N.º 2/98, de 3 de Janeiro, o qual refere que é da competência da Câmara Municipal (executivo), deliberar sobre sinalização nas vias sob a sua jurisdição.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de um espelho parabólico, na Rua Principal, na localidade de Aldeia da Serra.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 26/11/2010, informando que foi requerido ao Município, apoio para as medidas de acção social escolar, para o ano lectivo 2010/2011. Contudo, os mesmos apenas reuniram todas a informação na presente data.-----

-----De acordo com o Despacho n.º 14368-A/2010, o escalão de apoio em que o agregado familiar se integra é determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimento para atribuição de abono de família. Assim, os encarregados de educação fizeram prova do seu posicionamento no escalão de atribuição de abono de família.-----

-----Face ao exposto, a Técnica propõe à consideração superior o deferimento dos processos, indicados na tabela que se segue, no respectivo escalão indicado, devendo os mesmos ser enquadrados no valor mínimo de comparticipação fixado no Despacho n.º 14368-A/2010.-----

Nome	Localidade	Escalão
António Carlos M. Mendes	Celorico da Beira	2
Carlos José S. Nascimento	Lageosa do Mondego	2
Rodrigo Filipe S. Ramos	Mesquitela	1
Ana Margarida A. Gonçalves	Mesquitela	2
Alexandra A. Rodrigues	Vide-Entre-Vinhas	1
João Bernardo A. Félix	Vide-Entre-Vinhas	1

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir os processos supramencionados, no escalão indicado, devendo os mesmos ser enquadrados no valor mínimo de comparticipação fixado no Despacho n.º 14368-A/2010. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**EMPREITADA DA “REQUALIFICAÇÃO DAS MARGENS DO RIO MONDEGO NA RATOEIRA” – PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL**-----

-----Foi presente informação técnica, da Secção de Obras Municipais, datada de 30/11/2010, com o seguinte teor:-----

-----“1. N.º de Concurso – CP 24/2010-----

-----2. Objecto-----

-----Execução da empreitada referente à “Requalificação das Margens do Rio Mondego na Ratoeira”, freguesia de Ratoeira, concelho de Celorico da Beira. Os trabalhos constantes do Projecto de execução patente a concurso são relativos a pavimentação, fornecimento e aplicação de piscina flutuante, execução de muro em alvenaria de granito, fornecimento e aplicação de mobiliário urbano e estrutura metálica de apoio ao “deck” e zonas verdes.---

-----3. Prazo -----

-----O prazo de execução da empreitada é de 24 meses, a contar nos termos do estipulado no artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos. -----

-----4. Preço-Base (S/IVA)-----

-----O preço-base do presente procedimento é de 253.069,68€ (Duzentos e cinquenta e três mil, sessenta e nove euros e sessenta e oito cêntimos), não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado. -----

-----5. Escolha do Procedimento-----

-----Em função do valor estimado considera-se adequado a escolha do Concurso Público, conforme enquadramento legal no quadro seguinte: -----

CRITÉRIO	FUNDAMENTAÇÃO	
	Direito	Facto

Valor Estimado	Alínea b), do n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei N.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redacção.	
	A escolha do concurso público sem publicação no JOUE só permite a celebração de contratos de valor inferior a 4.845.000,00€	O valor estimado de despesa a efectuar é de 253.069,68€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

-----6. Peças do Concurso-----

-----a) Programa de Procedimento (artigos 41.º e 132.º); -----

-----b) Caderno de Encargos (artigos 42.º a 49.º, e Portaria 701-H/2008). -

-----7. Júri do Concurso (67.º a 69.º)-----

Função	Nome	Carreira/Cargo
Presidente	Cristina Martins	Chefe de Divisão/Eng.ª Civil
1.ª Vogal	Elisabete Mimoso	Técnica Superior/Gestão
2.ª Vogal	Maria do Céu Louro	Técnica Superior/Jurista
1.ª Vogal Suplente	Joana Félix	Técnica Superior/Economista
2.ª Vogal Suplente	Delfina Fonseca	Técnica Superior/Eng.ª Civil

-----8. Entidade Competente-----

-----O órgão da Entidade Pública Contratante para a decisão de contratar é a Câmara Municipal de Celorico da Beira.-----

-----9. Propostas-----

-----a) Aprovação da decisão de contratar e decisão de autorização da despesa (art.º 36.º); -----

-----b) Aprovação da escolha procedimento (art.º 38.º); -----

-----c) Aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, em anexo (art.º 42.º/2); -----

-----d) Aprovação da Designação do júri (art.º 67.º/1); -----

-----e) Delegação de competências no júri. Solicita-se nos termos do art.º 109.º do CCP a delegação no júri das competências para prestar esclarecimentos e rectificar peças de procedimento nos termos do art.º 50.º e aceitar ou rejeitar as listas de erros e omissões apresentadas nos termos do art.º 61.º.” -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com um voto contra, do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar a decisão de contratar, autorização de despesa e escolha de procedimento; aprovar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos; aprovar a constituição do júri e delegação de competências do mesmo, conforme indicado no ponto 9 da informação.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos**: -----

-----“Voto contra esta requalificação, não porque seja contra ela, mas porque considero que há outras prioritárias, mormente a da Ponte da Lavandeira em Celorico da Beira. -----

-----Com efeito, é no mínimo tecnicamente pouco compreensível porque é que tendo a Sede do Concelho uma área de Rio com afluência turística fluvial de excelência, a mesma seja preterida relativamente à Ratoeira. -----

-----Efectivamente, atente-se em que a população que serviria a Requalificação do Rio Mondego mormente a Ponte da Lavandeira (alcançaria o espelho de água da Praia dos Doutores e do Lagar Municipal) era manifestamente superior, a que desta forma será abrangida.” -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador António Silva** referiu que se o Senhor Vereador Júlio Santos, acompanhasse a elaboração do Orçamento mais atentamente, iria constatar que esta Requalificação está candidatada a um Programa denominado *By Nature*, e do qual fazem parte outros projectos, tais como: Ponte da Lavandeira e Praia dos Doutores. -----

-----Em reposta, o Senhor **Vereador Júlio Santos** disse o seguinte: -----

-----“Em função dos orçamentos feitos (atentamente), verifica-se que uma intenção de financiamento não é a mesma coisa que uma contratualização de investimento. Aliás, Celorico da Beira merece mais.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o concelho de Celorico da Beira nunca foi menosprezado, até porque, todo o investimento foi e é, feito em sede de concelho, embora também já o tivesse feito por toda a área de concelho, dando como exemplo, um dos maiores e mais visíveis investimentos, a recuperação do Castelo de Celorico da Beira, cujos autarcas anteriores desprezaram.-----

-----Disse que este executivo também se preocupa com outras áreas, nomeadamente: Indústria e Empreendedorismo, com a Zona Industrial A25; Cultura, com a conclusão da Biblioteca Municipal; Educação, com a construção do Centro Escolar e Escola EB 2,3 Sacadura Cabral que estava dotada ao abandono há cerca de 30 anos; Regeneração Urbana, com a intervenção no Bairro de Santa Luzia que se encontrava em estado de degradação.-----

-----Foi também feita a recuperação, adaptação e melhoramentos de todos os edifícios de Serviços Públicos que estavam degradados, nomeadamente o Centro Cultural e as Piscinas Municipais. Relativamente ao Gimnodesportivo disse que foi feito um investimento superior a um milhão de euros e em relação à G.N.R. disse que foi transferida para um edifício condigno, para que possam prestar um serviço merecedor a toda a comunidade Celoricense.-----

-----Em relação ao Turismo, disse que foi feito um investimento considerável com a implementação de novas medidas, ou seja, o Festival do Borrego na Carrapichana; o Festival da Castanha em Prados; vários espaços Museológicos, nomeadamente a Escola Museu de Salgueirais, Casa do Mundo Rural de Prados e requalificação de toda a área envolvente, Moinhos da Rapa, entre outros. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que estando atento às últimas reuniões, verifica-se uma clara incoerência por parte do Senhor Vereador Júlio Santos, ou seja, aquando do Festival da Castanha votou contra, sendo que, mais tarde expressou os parabéns pela realização deste evento, tendo-se verificado exactamente o mesmo com o Festival do Borrego. Relativamente ao Parque Eólico, também votou contra, justificando que o faria porque o desenvolvimento do concelho passa pelo Turismo, o qual também concorda. Disse que não entende porque é que chumba projectos que dinamizam o Turismo, considerando estas atitudes incoerentes. Disse que o investimento no Castelo de Celorico da Beira proporcionou uma grande identidade a este concelho, nomeadamente à Vila, e que custou milhões aos munícipes deste concelho, sendo estes investimentos, que trazem confiança a quem investe. -----

-----Disse que o investimento no Turismo Rural atrai investimento privado, citando a título de exemplo, Rapa e Prados, bem como, a área circundante dessas freguesias em território rural. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** relativamente à última intervenção do Senhor Vereador António Silva referiu o seguinte: -----

-----“Apenas me cumpre referir que não se reconhece ao Senhor Vereador mais capacidade de atenção do que aquela que têm os outros membros do executivo, e que a sua propalada prelecção ao Vereador do MAJUSP, é no mínimo despicienda, mas completamente sem sentido. -----

-----Com efeito, por um lado o Senhor Vereador diz que a Câmara Municipal atravessa o pior período financeiro da sua história, por outro afasta da gestão da autarquia todas as unidades produtivas que a mesma detém com capacidade para gerar lucro. -----

-----Quanto aos investimentos, em vez de se fazerem investimentos rentáveis que abranjam a maioria da população do concelho, fazem-se pequenos elefantes brancos e não se fazem os grandes investimentos

geradores de desenvolvimento económico, fundamentais para a sustentabilidade do Município. E tenho dito.”-----

-----**CENTROS ESCOLARES**-----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Vereador Júlio Santos** fez a seguinte proposta:-----

-----“Atendendo a que já existe um Centro Escolar a funcionar no Vale do Mondego – Porto da Carne;-----

-----Atendendo a que a tendência é para deslocação das crianças do concelho, das freguesias para a Vila; -----

-----Atendendo a que existem boas vias de comunicação de todas as freguesias para a sede do Município, num espírito de Solidariedade Nacional e Coesão Municipal, proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de ser criado apenas um Centro Escolar na Vila, desonerando assim o erário público de uma estrutura, que efectivamente não faz falta a este Concelho.”-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que iria responder ao Senhor Vereador, enquanto detentor do Pelouro da Educação, dizendo que foi efectuado um estudo, por uma entidade independente, que preconiza a construção de dois centros escolares. -----

-----Disse que na sua opinião, com o pólo da Lageosa do Mondego, poderão captar crianças da zona Guarda, já o de Celorico da Beira depende da autarquia e neste momento seria de todo impossível alterar esta situação, porque existe já um projecto aprovado.-----

-----Relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Vereador Júlio Santos, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que a mesma deveria ter sido feita mais cedo, neste momento, é impossível alterar esta situação, até porque a Carta Educativa contempla a construção de dois Centros

Escolares e como tal terão de cumprir com o estipulado na referida Carta Educativa.-----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** referiu que a Carta Educativa poderia ser revista e que dois pólos com uma proximidade tão grande irão fazer com que algum deles se anule.-----

-----**Posta a votação a proposta foi rejeitada, com 3 votos contra e um a favor do Senhor Vereador Júlio Santos.** -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 11:30h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Sónia Cristina de Almeida S. Fernandes, que a secretariei. -----

